

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



07
2024

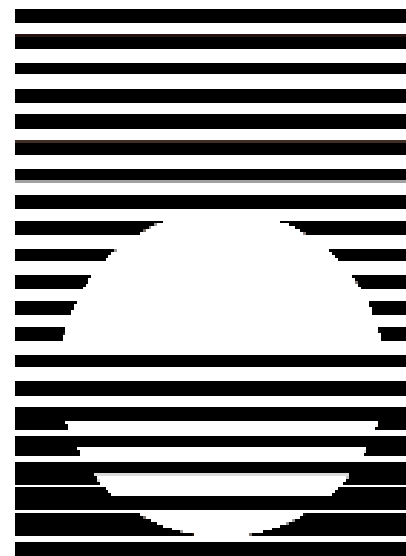
CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento de notícias relacionadas aos temas de pesquisa do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

O grupo monitora a política externa e a política doméstica dos países da América do Sul e elabora, na forma de eventos, uma síntese dos acontecimentos que têm importância para as relações regionais.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP-UERJ).



Corpo Editorial

Editor Executivo: Guilherme Fritz

Conselho Editorial: Diogo Ives de Quadros, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Editoria de Redação: Beatriz Bandeira de Mello, Débora Bedim, Diogo Ives de Quadros, Ghaio Nicodemos Barbosa, Guilherme Fritz, Jefferson Nascimento, Júlia Furtado, Kethlyn Winter, Marília Closs Matheus Petrelli, Stephanie Braun, Thaís Jesinski Batista

O Observatório Político Sul-Americano (OPSA) está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

OPSA

opsa.com.br



SUMÁRIO

Página 04

Eleições presidenciais na Venezuela geram críticas domésticas e internacionais

Governo brasileiro adota cautela diante de eleição na Venezuela

Página 05

Venezuela expulsa diplomatas de países que criticaram a legitimidade da eleição

Chile e Venezuela rompem relações diplomáticas após resultado eleitoral

Página 06

Bolívia e Brasil convocam seus embaixadores em Buenos Aires para consulta

Página 07

Cantos racistas geram atrito diplomático entre Argentina e França

Argentina declara Hamas organização terrorista

Página 08

Irfaan Ali pede “assistência especial” na segurança das fronteiras em reunião da Caricom

G20 aprova proposta brasileira e formaliza a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Mercosul avança acordos comerciais e realiza cúpula com Bolívia e sem Milei



Eleições presidenciais na Venezuela geram críticas domésticas e internacionais

Em 28 de julho, foram realizadas, na Venezuela, eleições para escolher o presidente do país pelos próximos seis anos. A campanha eleitoral foi marcada por denúncias domésticas e internacionais de que havia irregularidades no processo e pela prisão de candidatos de oposição ao governo. No dia 17 de julho, o atual presidente, Nicolás Maduro, afirmou que apenas sua vitória evitaria um “banho de sangue”. O pleito ocorreu em um domingo e teve participação de 59,97% da população (12.386.669 no total). Ocorreu um atraso na divulgação dos resultados, o que foi atribuído, pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE), a um ataque de hackers. Por fim, foi anunciada a vitória de Maduro, com 51,95% dos votos (6.408.844 no total). Segundo o CNE, Edmundo González, o principal candidato da oposição, obteve 43,18% dos votos (5.326.104 no total). O anúncio foi questionado pela oposição, que acusou o governo de fraudar as atas de votação e manipular o resultado. Segundo a oposição, González teria ganhado o pleito com 70% dos votos. Os dias posteriores à votação foram marcados por manifestações violentas, sendo registradas 13 mortes e quase 800 pessoas presas. No plano internacional, a vitória de Maduro foi reconhecida por países como China, Rússia, Cuba e Bolívia. Já a OEA, e países como Argentina, Chile, Peru e Uruguai, não reconheceram o resultado. Em uma posição intermediária, Brasil, México e Colômbia divulgaram nota conjunta se oferecendo a mediar um diálogo entre Maduro e a oposição. Os EUA, por sua vez, declararam, em 1º de agosto, que reconheciam a vitória de González.

Fontes: [El País](#), 16/07/2024; [G1](#), 23/07/2024; [Diálogos do Sul Global](#), 29/07/2024; [O Globo](#), 29/07/2024; [Nexo Jornal](#), 29/07/2024; [G1](#), 30/07/2024; [Nexo Jornal](#), 01/08/2024; [BBC](#), 01/08/2024; [UOL](#), 01/08/2024.

Governo brasileiro adota cautela diante de eleição na Venezuela

EA eleição presidencial na Venezuela, realizada no dia 28, foi recebida com cautela pelo Itamaraty. No dia 29, o órgão saudou seu caráter pacífico, mas afirmou que acompanharia o processo de apuração com atenção e que aguardava “a publicação, pelo Conselho Nacional Eleitoral, de dados desagregados por mesa de votação, passo indispensável para

a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito”. No mesmo dia, a imprensa brasileira informou que o Itamaraty negociava uma nota conjunta com Colômbia e México para reforçar o pedido de divulgação de atas eleitorais e instar pelo fim de hostilidades entre forças do governo e da oposição, o que foi divulgado em 1º de agosto. Celso Amorim, assessor-chefe da Presidência da República que conversou pessoalmente com representantes do governo e da oposição nos dias anteriores e seguintes ao pleito, transmitiu o pedido de divulgação das atas diretamente a Nicolás Maduro, em Caracas. Porém, até os primeiros dias de agosto, o órgão eleitoral venezuelano ainda não havia liberado as atas, devido a um suposto ataque hacker aos dados eletrônicos. A postura do governo brasileiro foi antecedida por tensões entre os presidentes Lula e Maduro, ao longo de julho. No dia 11, Maduro declarou que o resultado da eleição poderia levar a Venezuela a “um banho de sangue, em uma guerra civil fratricida causada pelos fascistas”. No dia 22, Lula comentou, à imprensa brasileira, que havia ficado assustado com a declaração e afirmou que “o Maduro tem que aprender: quando você ganha, você fica, quando você perde, você vai embora”. No dia seguinte, o presidente venezuelano disse que “quem se assustou, que tome um chá de camomila”. Também garantiu que o sistema eleitoral do seu país é seguro, ao passo que “não audita nenhum boletim no Brasil”. A segunda declaração levou o Tribunal Superior Eleitoral brasileiro a emitir uma nota, no dia 24, pela qual desistia de enviar técnicos para acompanhar a eleição no país vizinho, pois não admitia que, “interna ou externamente, por declarações ou atos desrespeitosos à lisura do processo eleitoral brasileiro, se desqualifiquem com mentiras a seriedade e a integridade das eleições e das urnas eletrônicas no Brasil”. Cabe lembrar que, em março deste ano, o Itamaraty havia expressado, em nota, que a impugnação de uma candidatura de oposição violava o Acordo de Barbados de 2023 (apoiado oficialmente pelo Brasil), o que levou Maduro a afirmar que o comunicado parecia escrito pelo Departamento de Estado dos EUA. Uma vez divulgado o resultado que deu vitória a Maduro, o tema foi rapidamente politizado entre forças partidárias no âmbito doméstico: no dia 29, a Executiva Nacional do PT emitiu uma nota em que reconhecia a reeleição do presidente venezuelano, ao passo que partidos da base do governo (como MDB e PSB) e membros da oposição (especialmente bolsonaristas) questionaram a legitimidade do pleito. Por sua vez,

no dia 30, Lula reforçou, em declaração à imprensa, que o governo Maduro deveria liberar as atas de votação, mas afirmou que não via “nada de grave” no processo eleitoral, pois a oposição poderia entrar na Justiça caso quisesse contestar o resultado. Ainda no mesmo dia, Lula conversou, por telefone, com o presidente dos EUA, Joe Biden. Ambos concordaram que o resultado da eleição venezuelana representa um momento crítico para a democracia nas Américas, que o governo Maduro deveria divulgar imediatamente os dados “completos, detalhados e transparentes” da votação e que permanecerão em estreita coordenação sobre o assunto. Entretanto, no dia 31, o Brasil se absteve na votação de uma resolução, na OEA, que cobrava que as atas eleitorais fossem verificadas por “observadores independentes”, o que a representação brasileira alegou que não tinha base jurídica para ser pedido a Caracas. A resolução, apoiada pelos EUA, não conseguiu a maioria dos votos para ser aprovada, pois Colômbia, México e mais oito países também se abstiveram.

Fontes: [UOL](#), 18/07; [G1](#), 23/07; [TSE](#), 25/07; [MRE](#), 29/07; [Valor](#), 29/07; [UOL](#), 30/07; [Folha de S. Paulo](#), 30/07; [CartaCapital](#), 30/07; [Folha de S. Paulo](#), 31/07; [MRE](#), 01/08.

Venezuela expulsa diplomatas de países que criticaram a legitimidade da eleição

No dia 28 de julho, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela declarou Nicolás Maduro como vencedor do pleito presidencial, tornando-o apto a mais um mandato. Logo depois da divulgação do resultado, líderes sul-americanos reagiram. Luis Arce, presidente da Bolívia, parabenizou Maduro e afirmou ser “uma grande maneira de recordar o comandante Hugo Chávez”. Além disso, reiterou seu desejo de fortalecer laços entre os países. Por sua vez, o governo colombiano adotou certa neutralidade, mas cobrou transparência. Através de uma postagem na rede social X, Gustavo Petro, chefe de Estado da Colômbia, deixou clara a necessidade de “assegurar a paz e democracia” por meio da divulgação das atas eleitorais. Na Guiana, o governo emitiu uma nota na qual exigiu uma verificação transparente do pleito. Já no Equador, o homólogo de Arce, Daniel Noboa, não reconheceu a vitória de Maduro. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores solicitou uma reunião emergencial na Organizações dos Estados Americanos (OEA) para tratar do assunto. Com uma

postura similar, o Paraguai, por meio de declarações de seu presidente, Santiago Peña, foi um dos países sul-americanos que colocou em dúvida o resultado divulgado pelo CNE. Cobrando maior transparência, o governo solicitou a liberação das atas de votação. No mesmo sentido, o Suriname demonstrou insatisfação com a lisura do processo. De forma mais combativa, o Estado peruano reconheceu, no dia 31 de julho, Edmundo González, candidato de oposição a Maduro, como “presidente eleito”. A partir de um comunicado feito pelo Ministério das Relações Exteriores do Peru, o governo reiterou a “evidente tentativa de fraude” no sistema eleitoral venezuelano. Seguindo um posicionamento parecido, o líder do executivo uruguaio, Lacalle Pou, também questionou o resultado do pleito. Em sua rede social X, Pou afirmou que “não se pode reconhecer um triunfo sem confiar no caminho e nos mecanismos utilizados para lá chegar”. Também condenando o resultado divulgado, Javier Milei, presidente da Argentina declarou que seu país não vai reconhecer mais uma “fraude” e intitulou Maduro como “ditador”. Outra atitude tomada foi se juntar ao Paraguai, Peru e Uruguai na iniciativa equatoriana de solicitar uma reunião extraordinária na OEA, organização que divulgou um relatório com suspeitas de fraude na eleição e, portanto, tampouco aceitou o resultado. Como resposta à pressão internacional, Nicolás Maduro expulsou o corpo diplomático de sete países. Sob alegação de atentado contra a soberania nacional, as delegações da Argentina, Chile, Costa Rica, Peru, Panamá, República Dominicana e Uruguai foram expulsas.

Fontes: [Ámbito](#), 29/07/2024; [El Deber](#), 29/07/2024; [El Observador](#), 29/07/2024; [Infobae](#), 29/07/2024; [Infomoney](#), 29/07/2024; [La Nación](#), 29/07/2024; [La Nación](#), 29/07/2024; [Carta Capital](#), 30/07/2024; [G1](#), 30/07/2024; [News Room](#), 30/07/2024; [Carta Capital](#), 31/07/2024; [DW](#), 31/07/2024; [G1](#), 31/07/2024; [Infobae](#), 31/07/2024.

Chile e Venezuela rompem relações diplomáticas após resultado eleitoral

No dia 25 de julho, em meio às declarações do presidente venezuelano Nicolás Maduro que pontuaram que sua vitória nas urnas poderia ser fundamental para evitar “um banho de sangue [...] produto dos fascistas”, Gabriel Boric pediu que o processo eleitoral venezuelano fosse transparente,

competitivo e sujeito à avaliação de observadores internacionais. No dia seguinte à declaração de Boric, em 26 de julho, as autoridades venezuelanas proibiram a entrada de observadores eleitorais no país, incluindo os senadores chilenos Felipe Kast e Rojo Edwards. Mas foi a vitória de Maduro, confirmada pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela no dia 29 de julho, que agravou as relações entre os países até o ponto de ruptura. Após o anúncio da CNE, Boric afirmou que a vitória de Maduro nas urnas era “difícil de acreditar” e exigiu transparência nas atas eleitorais, pontuando que o Chile não reconheceria nenhum resultado não verificável. O chanceler venezuelano Yvan Gil respondeu a declaração do presidente chileno afirmando que a Venezuela não precisa do reconhecimento “desvalorizado” de Boric e, ainda no dia 29, incluiu o Chile em uma lista de sete países que tiveram suas equipes diplomáticas expulsas do território venezuelano. Com isso, foi oficializado o rompimento das relações diplomáticas entre os países, que haviam sido recém reatadas em maio de 2023 com o objetivo de resolver questões referentes às ondas migratórias de venezuelanos em direção ao Chile, que, porém, só aumentaram desde então. Em resposta ao rompimento diplomático iniciado pela Venezuela, Boric lembrou que existem cerca de 700 mil venezuelanos vivendo no Chile que serão impactados pela decisão. O presidente chileno ainda reuniu sua equipe, no dia 31 de julho, para coordenar respostas preventivas a novas ondas de migração venezuelanas ao país. A questão da migração de venezuelanos ao Chile foi reacendida na política doméstica e na opinião pública chilena com a repercussão de casos de violência cometidos por imigrantes venezuelanos no final de 2023. Desde então, o Chile trabalha para aumentar o controle em suas fronteiras e gerir a estadia de imigrantes irregulares no país, buscando a coordenação com seus países de origem.

Fontes: [El País](#), 25/05/2023; [OPSA](#), 11/2023; [CNN Chile](#), 25/06/2024; [DW](#), 25/07/2024; [CNN Chile](#), 26/07/2024; [La Tercera](#), 29/07/2023; [La Tercera](#), 29/07/2023; [La Tercera](#), 31/07/2024.

Bolívia e Brasil convocam seus embaixadores em Buenos Aires para consulta

Os governos da Bolívia e do Brasil convocaram seus embaixadores em Buenos Aires para consulta,

após atritos diplomáticos causados pelo presidente argentino, Javier Milei, a respeito dos presidentes Luis Arce e Lula. Com relação à Bolívia, a presidência argentina publicou um comunicado oficial em que afirma que a tentativa de golpe militar contra Arce, ocorrida no final do mês passado, teria sido uma farsa orquestrada pelo próprio presidente boliviano para reforçar o seu poder político. Milei disse ainda que “a democracia boliviana está em perigo” não por conta de um golpe militar, mas sim “porque os governos socialistas derivam em ditaduras”. No comunicado, a Casa Rosada denuncia que haveria 200 “presos políticos” na Bolívia, dentre os quais estariam os líderes opositores Jeanine Áñez e Luis Fernando Camacho. Em retaliação, no dia 1º de julho, Luis Arce convocou o seu embaixador em Buenos Aires para consulta. Com relação ao Brasil, o atrito diplomático se deu por conta de mais uma declaração desrespeitosa de Milei, na qual chama o presidente Lula de “comunista, ladrão e corrupto”. O mandatário brasileiro exigiu que seu homólogo argentino se retratasse, e descartou a possibilidade de um encontro entre os dois até que houvesse um pedido de desculpas. A tensão entre os dois países se elevou após a participação de Milei na Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), evento realizado no Balneário Camboriú, no Brasil, por iniciativa de Eduardo Bolsonaro, deputado federal. No evento, o presidente argentino se encontrou com o ex-mandatário brasileiro Jair Bolsonaro, um de seus principais aliados no âmbito internacional. O fato de Milei priorizar a participação na CPAC e se ausentar na reunião de cúpula do Mercosul, ocorrida em Assunção, no Paraguai, no dia 8 de julho, provocou críticas de Lula. O presidente brasileiro disse que é “uma bobagem imensa” a ausência de Milei na reunião e que esse fato “é triste para a Argentina”. No dia 15 de julho, o embaixador do Brasil em Buenos Aires foi chamado a Brasília para uma reunião com Lula e o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, para avaliar como o país pode manter uma relação diplomática estável com o vizinho, apesar das desavenças provocadas pelo chefe de Estado argentino. Em entrevista, contudo, o embaixador declarou que a sua convocação não foi uma retaliação às falas de Milei, buscando distensionar a relação entre os dois países.

Fontes: [AP NEWS](#), 01/07/24; [CARTA CAPITAL](#), 08/07/24; [CNN BRASIL](#), 01/07/24; [CNN BRASIL](#), 01/07/24; [PODER 360](#), 16/07/24.

Cantos racistas geram atrito diplomático entre Argentina e França

No dia 19 de julho, o governo da Argentina se desculpou com a França por um comentário da vice-presidente, Victoria Villarruel, no qual chama o país europeu de “colonialista” e os franceses de “hipócritas” frente ao racismo. A rusga entre os dois países começou no dia 15, quando jogadores da seleção argentina de futebol entoaram cantos com teor racista e transfóbico em referência aos jogadores da seleção francesa de futebol. Diante da repercussão do caso, que passou inclusive a ser investigado pela FIFA, o subsecretário de esportes do governo argentino, Julio Garrio, afirmou que os jogadores deviam um pedido de desculpa. Contudo, o presidente Javier Milei discordou da atitude do subsecretário e determinou a sua demissão. Nas redes sociais, Milei justificou a sua decisão, dizendo que “nenhum governo pode dizer o que comentar, o que pensar ou o que fazer à Seleção Argentina, Campeã Mundial e Bicampeã Americana, ou a qualquer outro cidadão”. A vice-presidente, Victoria Villarruel, endossou a posição de Milei e, em uma postagem nas redes sociais, qualificou a França como um país “colonialista” e os franceses como “hipócritas” frente ao racismo. Diante do tensionamento gerado pelas declarações, coube à secretária da Presidência e irmã do presidente, Karina Milei, a função de apaziguar os ânimos. No dia 19 de julho, a secretária foi à embaixada da França para explicar o ocorrido e se desculpar. A França, por sua vez, não se posicionou de forma oficial sobre o ocorrido. Em uma coletiva de imprensa, o porta-voz da presidência argentina, Manuel Adorni, reforçou a posição de Karina Milei e afirmou que o “infeliz comentário” ocorrido nas redes sociais foi uma opinião pessoal e que “não é a posição do governo misturar questões esportivas com questões diplomáticas”. No dia 26 de julho, o mandatário argentino se encontrou com o presidente francês, Emmanuel Macron, em Paris, onde Javier Milei acompanhou a abertura dos Jogos Olímpicos. Na reunião, foram discutidos diversos temas de interesses dos dois países, e Macron agradeceu a intervenção de Karina Milei diante do ocorrido.

Fontes: [AP NEWS](#), 25/07/24; [CARTA CAPITAL](#), 19/07/24; [EL PAÍS](#), 26/07/24; [LA NACIÓN](#), 26/07/24.

Argentina declara Hamas organização terrorista

No dia 13 de julho, o Estado argentino declarou o movimento islamista palestino Hamas uma “organização terrorista internacional”. A Casa Rosada argumenta que o movimento tem um “extenso histórico de atentados” e que a decisão se deu em virtude do ataque em 7 de outubro a Israel. O Hamas assumiu a responsabilidade pelo atentado, no qual estima-se que por volta de 1200 pessoas - a maioria civis - morreram e que aproximadamente 250 foram sequestradas. Com essa iniciativa, a Argentina, que abriga a maior comunidade judaica da América Latina, se soma à União Europeia, aos Estados Unidos, ao Canadá e ao Reino Unido no grupo daqueles que concebem o Hamas formalmente como uma organização terrorista. Na sua declaração, a Presidência argentina também atacou o “vínculo” do Hamas com o Irã, o que chamou a atenção pelo fato de estarem completando 30 anos do ataque à associação judaica AMIA, localizada em Buenos Aires. O Irã é apontado pela Justiça argentina, em decisão tomada em abril de 2024, como o mentor desse crime, que resultou na morte de 85 pessoas em 1994. Além disso, a decisão da Justiça também incrimina o Irã pelo ataque à embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992, que deixou 29 mortos. No dia 18 de julho de 2024, houve manifestações em frente ao edifício da AMIA pedindo por justiça, que, pela primeira vez em 30 anos, contaram com a participação de um presidente da República. A propósito, o presidente argentino, Javier Milei, que se converteu ao judaísmo no final do ano passado, se declara um fervoroso admirador de Israel, país que visitou em fevereiro deste ano, na sua segunda viagem ao exterior desde que tomou posse. Na ocasião, Milei anunciou inclusive a sua intenção de transferir a embaixada argentina de Tel Aviv para Jerusalém.

Fonte: [BBC](#), 18/07/24; [EL PAÍS](#), 18/07/24; [PÁGINA 12](#), 18/07/24; [UOL](#), 13/07/24.

Irfaan Ali pede “assistência especial” na segurança das fronteiras em reunião da Caricom

Entre os dias 28 e 30 de julho, ocorreu a 47ª reunião regular da Comunidade do Caribe (CARICOM), em Saint Georges, capital de Granada. Na ocasião, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, fez um discurso no qual chamou atenção para temas como o desenvolvimento econômico sustentável, a segurança alimentar da região e a segurança das fronteiras. Nesse último tópico, referiu-se ao fluxo de drogas e armas de fogo que adentram o território guianense, principalmente pelo Mar do Caribe. Irfaan Ali encerrou o discurso enfatizando que os países da comunidade precisavam de “assistência especial” para a tarefa. Por sua vez, no dia 25 de julho, o vice-presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo, declarou, em uma entrevista, que a Guiana precisa de mais ajuda dos Estados Unidos para conseguir combater o tráfico de armas nas fronteiras do país, já que a maior parte das armas vem dos Estados Unidos. No mês passado, nos dias 13 e 14 de junho, a subsecretária de Estado dos EUA para o Controle de Armas e Segurança Internacional (tradução nossa), Bonnie D. Jenkins, esteve em Georgetown, capital da Guiana, para reuniões bilaterais com o governo da Guiana e com outras lideranças da CARICOM. O motivo da visita de Jenkins foi justamente a criação e o aprofundamento de estratégias capazes de prevenir a proliferação do tráfico de armas transnacional na região da Guiana e de seus vizinhos.

Fontes: [U.S. Department of State](#), 12/06/2024; [Kaieteur News](#), 14/06/2024; [News Room Guyana - Youtube](#), 25/07/2024; [CARICOM](#), 28/07/2024; [CARICOM - Youtube](#), 28/07/2024; [Guyana Chronicle](#), 30/07/2024.

G20 aprova proposta brasileira e formaliza a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Em 24 de julho, foi realizada, no Rio Janeiro, uma reunião da “Força-Tarefa do G20 para o Estabelecimento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza”, na qual foi aprovado o documento fundacional da aliança. Este documento ficará aberto à adesão de qualquer país do mundo e recebeu as primeiras assinaturas de Brasil e Bangladesh. A aliança será oficialmente lançada na cúpula de chefes de Estado do

G20, em novembro, também na capital fluminense. Seu objetivo é facilitar a difusão de um cardápio de políticas públicas cuja eficiência na redução da fome e da pobreza tem reconhecimento internacional. Governos que desejem implementá-las receberão apoio por meio de recursos, conhecimento e capacitação técnica de outros países e entidades, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento. A aliança não contará com fundos próprios. Recursos públicos e privados serão direcionados para seus objetivos por meio de uma estrutura de governança composta por um conselho de alto nível dos países membros e um corpo técnico que ficará nas sedes da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em Roma e em Brasília. O custo da estrutura de governança até 2030 (quando se prevê sua desativação) é estimado em cerca de US\$ 20 milhões, cuja metade será financiada pelo Brasil. O país também já anunciou as primeiras políticas que levará para a aliança: programas de transferência de renda, de alimentação escolar e de Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Em discurso no evento, o presidente Lula definiu a aliança como uma estratégia de conquista da cidadania e salientou que nenhum programa será transposto mecanicamente de um lugar a outro, mas sim adaptado às realidades específicas conforme as decisões de cada governo.

Fontes: [Brasil](#), 24/07; [Brasil](#), 24/07; [Valor](#), 25/07.

Mercosul avança acordos comerciais e realiza cúpula com Bolívia e sem Milei

No dia 5 de julho, o Brasil ratificou o Acordo de Livre-Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, assinado em 2011. Depois da Palestina ter feito o mesmo, em 30 de abril deste ano, o instrumento entrará em vigor após trinta dias. Segundo a imprensa, para os demais países do bloco, a vigência do instrumento iniciará 30 dias após as notificações dos depósitos das respectivas ratificações. Além disso, durante a Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, que aconteceu nos dias 7 e 8 de julho em Assunção, no Paraguai, os países sul-americanos deram início às conversas para um possível acordo comercial entre Mercosul e Emirados Árabes Unidos. Em consulta ao setor privado, foram identificadas as áreas potenciais do acordo, que incluem os setores de carnes, açúcar, celulose e manufaturados. Não há, no entanto, um prazo para a conclusão das negociações, embora o

chanceler do Uruguai (país que vem pressionando para que o Mercosul firme mais acordos comerciais), Omar Paganini, tenha parabenizado o Paraguai por abrir as tratativas. A Cúpula do Mercosul também enalteceu a assinatura do acordo de livre comércio com Singapura, em dezembro de 2003, e ratificou a entrada da Bolívia como membro pleno do bloco. O presidente da Argentina, Javier Milei, não participou da cúpula, optando por comparecer a um encontro da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC) que aconteceu em Balneário Camboriú, em Santa Catarina, nos dias 6 e 7 de julho. Esta foi a primeira vez que um país-membro não foi representado pelo seu chefe de Estado em uma cúpula presidencial. A participação argentina ficou a cargo da chanceler Diana Mondino, que reafirmou a adesão de Buenos Aires ao bloco. Mondino disse, porém, que o Mercosul precisa de um “choque de adrenalina” e criticou sua “falta de agilidade e capacidade”, assim como o valor elevado da Tarifa Externa Comum (TEC).

Fontes: [Isto é Dinheiro](#), 5/7/2024; [CNN Brasil](#), 7/7/2024; [G1](#), 7/7/2024; [G1](#), 8/7/2024; [Poder 360](#), 8/7/2024; [Perfil](#), 8/7/2024

